

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS SARANDI
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARMANDO FAVRETTO

**A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS PROPRIEDADES
RURAS DO MUNICÍPIO DE SARANDI - RS**

SARANDI

2014

ARMANDO FAVRETTO

**A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS PROPRIEDADES
RURAIS DO MUNICÍPIO DE SARANDI - RS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Sarandi, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Maria Elena Amaral Ferreira Bueno

SARANDI
2014

ARMANDO FAVRETTO

**A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS PROPRIEDADES
RURAS DO MUNICÍPIO DE SARANDI - RS**

Trabalho de conclusão de curso aprovado em ___ de _____ de 2014, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Sarandi, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Esp. Maria Elena Amaral Ferreira Bueno
UPF – Orientador

Prof.
UPF

Prof.
UPF

SARANDI
2014

AGRADECIMENTOS

A minha família,
A todos os professores
A Orientadora, Prof. Esp. Maria Elena Amaral
Ferreira Bueno,
A todos que de alguma forma auxiliaram neste
trabalho.

RESUMO

FAVRETTO, Armando. **A utilização da contabilidade na gestão das propriedades rurais do município de Sarandi – RS**. Sarandi, 2014. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2014.

A agricultura, assim como todo setor econômico, necessita de auxílio contábil. O objetivo deste trabalho é verificar como os produtores rurais utilizam a contabilidade, se realizam algum tipo de controle de custos e receitas e se conhecem os resultados das atividades. Foi realizada pesquisa de levantamento através de coleta de dados, classificada como quantitativa e qualitativa. Depois de concluída a pesquisa, verificou-se que os agricultores possuem suas terras através de sucessão e com renda própria complementaram a área, estes já em sua maioria com idade acima de 60 anos e pouca escolaridade. Atuam há mais de 20 anos na propriedade e dizem possuir algum conhecimento sobre contabilidade, porém só a utilizam para prestar informações ao fisco. Afirmam ainda possuir alguma forma de controle de gastos, custos por atividade e planejamento. Tem-se então na agricultura um grande campo de trabalho para o profissional contador, podendo este levar seu conhecimento ao agricultor e auxiliá-lo na gestão e tomada de decisões em suas propriedades.

Palavras-chave: Contabilidade rural. Agricultura. Gestão.

LISTA DE GRÁFICOS.

Gráfico 01: Origem da propriedade.....	30
Gráfico 02: Área da propriedade	30
Gráfico 03: Tempo de atuação na propriedade.....	31
Gráfico 04: Faixa etária	32
Gráfico 05: Escolaridade	32
Gráfico 06: Área utilizada nas atividades.....	33
Gráfico 07: Principais atividades.....	34
Gráfico 08: Conhecimento sobre contabilidade	34
Gráfico 09: Palestras sobre o tema	35
Gráfico 10: Acesso à Internet	36
Gráfico 11: Controle de gastos e receitas.	36
Gráfico 12: Conhecimento sobre os custos de cada atividade.....	37
Gráfico 13: Conhecimento sobre o resultado de cada atividade	37
Gráfico 14: Planejamento para diversificar culturas	38
Gráfico 15: Assessoria contábil.....	39
Gráfico 16: Finalidade da contabilidade rural.	39
Gráfico 17: Tomada de decisões	40

LISTA DE ABREVIATURAS

Ha – Hectare

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

RS – Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Objetivo geral	10
1.2.2	Objetivos Específicos	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	MUNICÍPIO DE SARANDI	12
2.2	ATIVIDADE AGRÍCOLA	12
2.2.1	Características do Setor	13
2.2.2	Empresário Rural	14
2.3	A CONTABILIDADE RURAL MODERNA	15
2.3.1	Cenário Atual	15
2.3.2	Necessidade da Contabilidade	16
2.3.3	Princípios contábeis aceitos	17
2.4	IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL	18
2.4.1	Conceito	18
2.4.2	Sistemas contábeis	19
2.4.3	Finalidade da Contabilidade Rural	19
2.5	TERMINOLOGIA CONTÁBIL	20
2.6	CONTABILIDADE DE CUSTOS	20
2.6.1	Classificação e Comportamento dos Custos	21
2.6.2	Elementos do Custo	21
2.7	TIPOS DE CULTURA	22
2.7.1	Cultura Temporária	22
2.7.1.1	<i>Custos e Despesas</i>	22
2.7.2	Cultura Permanente	23
2.7.2.1	<i>Custos e Despesas</i>	23
2.8	PECUÁRIA	24
2.8.1	Classificação	24
3	METODOLOGIA	26
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	26

3.2	UNIVERSO DE PESQUISA	27
3.3	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	27
3.4	ANÁLISE DADOS	28
4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTUDADO.....	29
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.2.1	Gráfico 01: Origem da propriedade.	30
4.2.2	Gráfico 02: Área da propriedade.	30
4.2.3	Gráfico 03: Tempo de atuação na propriedade.	31
4.2.4	Gráfico 04: Faixa etária.	32
4.2.5	Gráfico 05: Escolaridade.	32
4.2.6	Gráfico 06: Área utilizada nas atividades.	33
4.2.7	Gráfico 07: Principais atividades.	34
4.2.8	Gráfico 08: Conhecimento sobre contabilidade.	34
4.2.9	Gráfico 09: Palestras sobre o tema.	35
4.2.10	Gráfico 10: Acesso à Internet.	36
4.2.11	Gráfico 11: Controle de gastos e receitas.	36
4.2.12	Gráfico 12: Conhecimento sobre os custos de cada atividade.	37
4.2.13	Gráfico 13: Conhecimento sobre o resultado de cada atividade.	37
4.2.14	Gráfico 14: Planejamento para diversificar culturas.	38
4.2.15	Gráfico 15: Assessoria contábil.	39
4.2.16	Gráfico 16: Finalidade da contabilidade rural.	39
4.2.17	Gráfico 17: Tomada de decisões.	40
4.3	SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A agricultura representa a exploração da terra, podendo ser o cultivo de lavouras e florestas, criação de animais ou ainda, a transformação de produtos agrícolas ou pecuários realizada pelo próprio produtor ou criador.

Crepaldi (2011) apresenta algumas peculiaridades do setor agrícola que o distinguem dos demais setores da economia como: produção X tempo de trabalho, dependência de condições biológicas, terra como participante da produção, incidências de riscos, produtos não uniformes entre outros.

Estas peculiaridades revelam o quão frágil é o setor agrícola. Nos últimos tempos, houve a implantação de novas tecnologias e novos métodos de cultivo desenvolvidos, vindo a fortalecer o setor, que é o eixo que move nossa economia.

Desde o final dos anos 1990, poucos países cresceram tanto no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. O país é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol e suco de laranja. Além disso, lidera o ranking das vendas externas do complexo de soja (grão, farelo e óleo), que é o principal gerador de divisas cambiais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, 2014).

No início de 2010, um em quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo eram brasileiros. A projeção do Ministério da Agricultura é que, até 2030, um terço dos produtos comercializados seja do Brasil, em função da crescente demanda dos países asiáticos (MAPA 2014).

Nota-se que a perspectiva futura é que o mercado agrícola só tende a crescer, participando cada vez mais em nível nacional e internacional, alavancando e fortalecendo nossa economia e todos ligados à ela.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

Em vista da importância da agricultura em nossa economia, faz-se necessário a utilização da contabilidade como ferramenta de gestão por parte dos produtores rurais. Informações precisas e corretas fazem diferença na hora de tomar uma decisão.

Por questões culturais ou de falta de conhecimento, acaba-se criando uma visão errada da contabilidade, pois vários produtores rurais não possuem o conhecimento do quanto a contabilidade pode lhes ser útil no gerenciamento e no crescimento de suas propriedades.

Não raro encontram-se casos de investimentos, por exemplo, que são realizados sem as devidas precauções e que acabam deixando de gerar benefícios futuros, pois se tornaram inadequados para a realidade da propriedade ou simplesmente não são necessários para aquela propriedade.

Assim vê-se que a contabilidade é de fundamental importância no setor agrícola e, portanto questiona-se: de que forma os agricultores do município de Sarandi – RS, utilizam a contabilidade na gestão e tomada de decisões em suas propriedades?

Esta questão é levantada acerca de identificar qual o conhecimento que os produtores rurais do município de Sarandi – RS tem a respeito da contabilidade, pois há uma notável dependência da agricultura na economia do município. Auxiliando assim, os produtores rurais do município a fortalecer e desenvolver suas propriedades e conseqüentemente toda a economia local.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar como os produtores rurais utilizam a contabilidade na gestão de suas propriedades.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar qual o conhecimento que os produtores rurais possuem sobre a contabilidade;

- Verificar se os produtores fazem algum tipo de controle de custos e/ou receitas;
- Conferir se os produtores conhecem o resultado de suas atividades;
- Verificar se os agricultores utilizam a contabilidade na tomada de decisões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MUNICÍPIO DE SARANDI

O município de Sarandi está localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul (RS), na região do Alto Uruguai. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2012, o município possui área de 353,387 Km² e uma população de 21.285 habitantes. Entre as atividades agrícolas, destacam-se na área extrativista a erva-mate, pinhão e madeira. Em lavouras permanentes há a cultura de uva com 350 hectares (ha), de laranja com 90 ha e o pêsego com 10 ha.

Na cultura temporária há a predominância da área do município, pois em 15.000 ha são ocupados para o cultivo de soja, 4.000 ha na produção de milho e 2.500 ha na produção de trigo. Há ainda a população de 53.190 suínos, 26.340 galinhas e 11.695 bovinos.

2.2 ATIVIDADE AGRÍCOLA

Quando pensamos em atividade agrícola, nos vem à mente o ato de plantar e colher, porém há varias outras formas de se realizar a atividade agrícola.

Crepaldi (2011, p. 94) define a atividade rural, como sendo:

A exploração das atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, avicultura, suinocultura, sericultura, piscicultura e outras de pequenos animais; a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto *in natura*, realizadas pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando-se exclusivamente matéria-prima produzida na área explorada. Também é considerada atividade rural o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização.

Já Marion (2010, p. 2) define atividade rural de forma mais sucinta: “Empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

Salienta Crepaldi (2011, p. 4) que “qualquer tipo de empresa rural, é integrada por um conjunto de recursos, denominados **fatores de produção**. São três os fatores da produção: a terra, o capital e o trabalho”.

Crepaldi (2011) ainda explica que: o fator de produção mais importante é a terra, onde se aplicam os capitais e de onde se obtém a produção. Depende do tamanho e da qualidade da terra para colheitas abundantes, independente do capital ou trabalho exercido.

O capital representa os bens colocados sobre a terra, que podem ser: benfeitorias, animais de produção, animais de serviço, máquinas e implementos agrícolas e os insumos agropecuários.

O trabalho representa o conjunto de atividades desempenhadas pelo homem, podendo ser a tarefa de lavrar a terra, cuidar dos animais, construir cercas, inclusive a de administrar a propriedade.

2.2.1 Características do Setor

Como toda atividade, a agricultura apresenta algumas peculiaridades, devido as suas condições de interdependência com outros fatores que podem interferir durante o decorrer do processo produtivo.

Crepaldi (2011) apresenta algumas características peculiares do setor agrícola que o distingue dos demais setores da economia:

- Dependência do clima: O clima condiciona as explorações agrícolas, determinando a época de plantio, tratos culturais, colheitas, escolha de variedades e espécies.
- Tempo de produção *versus* tempo de trabalho: o processo produtivo agropecuário desenvolve-se em algumas fases sem a necessidade da intervenção do trabalho físico, diferente de outros setores como a indústria, onde há a necessidade do trabalho para que haja produção.
- Dependência de condições biológicas: as condições biológicas determinam a impossibilidade de reversão do ciclo produtivo, não podendo, por exemplo, alterar a produção de um determinado grão para se obter outro. Impede também que se

utilizem medidas para acelerar a produção, como a implantação de mais turnos de trabalho.

- Incidência de riscos: como em qualquer atividade econômica, na atividade agropecuária, há maior possibilidade de riscos, pois esta pode ser afetada pelo clima, por ataques de pragas e moléstias e ainda pela flutuação dos preços dos produtos.
- Sistema de competição econômica: o produtor rural isoladamente não consegue controlar os preços de seus produtos, pois o setor possui algumas características como a existência de um grande número de produtores e consumidores, produtos que apresentam pouca diferenciação e a entrada ou saída no negócio pouco alteram a oferta total;
- Produtos não uniformes: Há a dificuldade de se obter produtos uniforme em sua forma, tamanho e qualidade, pois depende das condições biológicas, acarretando custos adicionais com classificação e padronização, além do menor valor do produto em decorrência da qualidade inferior.

Estas características encontradas no setor agrícola o tornam distinto dos demais setores, diferenciando a forma de valorar seus produtos e trazendo desafios ao profissional contábil que irá realizá-la.

Para Marion (2010) há ainda a diferenciação entre ano agrícola e ano social, pois o ano social encerra-se em 31/12 e o ano agrícola pode ser encerrado após a colheita, onde são reconhecidas as receitas com a comercialização dos produtos. Se o ano agrícola terminar em março, pode-se encerrar o exercício social em 31/03 ou 31/04.

2.2.2 Empresário Rural

Quando ouve-se a palavra “empresário”, nos vem a mente pequenas ou grandes indústrias, porém o agricultor também pode ser um empresário.

Segundo Marion (2010, p. 7):

O atual código civil define o termo empresário como aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens e serviços. Assim, o produtor rural passa a ser chamado de empresário rural em função da definição acima, desde que se inscreva na junta comercial. Não se inscrevendo na junta comercial, ele será um *produtor rural autônomo*.

A definição de Crepaldi (2011) para empresário rural é como sendo aquele que realiza profissionalmente a atividade econômica de produção ou circulação de bens e serviços com a finalidade de gerar riquezas.

Desde que devidamente inscrito na junta comercial, o agricultor deixa de ser produtor rural autônomo e passa ser um “Empresário”.

2.3 A CONTABILIDADE RURAL MODERNA

Com a profissionalização do agricultor, e com as inovações na área agrícola, tem-se a necessidade de implementar a contabilidade no setor agrícola, assim como já acontece com as empresas em geral.

Crepal di (2011) salienta que devido ao grande desenvolvimento tecnológico, a agricultura cada vez mais está se desenvolvendo e aumentando sua produção, com reduções de custos, geração de renda e criação de empregos, fortalecendo assim, as bases para a criação e implantação de indústrias. Necessita de profissionais e de mão de obra qualificada para administrar as atividades rurais, visando um controle econômico-financeiro mais eficiente.

2.3.1 Cenário Atual

A agricultura brasileira tem passado por crescentes evoluções nas últimas décadas, elevando a produtividade no campo e exigindo maior preparação por parte de quem a controla.

De acordo com Crepal di (2011, p. 49):

Todas as atividades rurais por menores que sejam, requerem um controle eficiente, [...] há muita falta de controle e organização financeira, pois apenas poucos separam suas despesas particulares de seu negócio agropecuário [...] assim, na maioria das propriedades os seus gestores não possuem condições para discernir os resultados obtidos com suas culturas, os custos de cada plantio desenvolvido em sua propriedade, verificar quais seriam os mais rentáveis, onde poderiam minimizar os custos de produção.

Sem o auxílio da contabilidade, separando o empresário do dono da propriedade, fica difícil ter uma real situação da propriedade isoladamente.

2.3.2 Necessidade da Contabilidade

A Contabilidade Rural no Brasil ainda é pouco utilizada, Segundo Crepaldi (2011), explica que devido aos produtores desconhecerem a importância das informações geradas pela contabilidade. Muitas vezes o produtor guarda na memória as informações, não anotando os acontecimentos que são de grande importância para a contabilização, de maneira que acabam sendo esquecidos e não calculados no momento da efetivação das vendas.

Crepaldi (1998, p. 73) cita que os produtores brasileiros utilizam-na pouco, isto porque, os veem como uma técnica de difícil execução e que pouco retorno trás. De acordo com o autor, tal fato é verificado, dentre outros motivos, pela:

- adaptação de sistemas estrangeiros e de Contabilidade Comercial e Industrial, inadequados para retratar as características da agropecuária brasileira;
- a falta de profissionais capacitados na transmissão de tecnologias administrativas aos fazendeiros;
- a não inclusão da Contabilidade Rural como instrumento de políticas governamentais agrícolas ou fiscais.

Nota-se que há ainda uma pequena difusão da contabilidade no meio rural, esta tão necessária de uma maior fonte de dados para que se possa ter uma correta gestão.

Crepaldi (2011, p. 50) ainda explica que:

Para que haja a realização de um trabalho mais preciso e dinâmico, o contador deve estar ciente que o produtor rural vem de longa data acostumado ou “impossibilitado” de adquirir alguns conhecimentos que serão passados [...] desta forma, deve ser realizado um trabalho de maneira clara e objetiva para haver aceitação e entendimento por parte do agricultor, permitir que o mesmo perceba que esses recursos, trarão para ele e sua família uma comodidade e também poderão elevar o rendimento dos seus negócios.

Devido ao fato do produtor não ter controles precisos de suas informações, e também do contador não ter o correto conhecimento do setor, a informação contábil acaba se tornando irrelevante por conta da sua imprecisão.

2.3.3 Princípios contábeis aceitos

Assim como em outros setores, a atividade rural também deve seguir alguns princípios que norteiam a contabilidade.

Para Marion, Segatti (2010) alguns princípios contábeis são geralmente aceitos:

- Princípio da entidade contábil: segundo o ponto de vista Iudícibus (1980, p. 48-49) apud Marion, Segatti (2010, p. 35):

Poderíamos afirmar que, para a Contabilidade, qualquer indivíduo, empresa, grupo de empresas, ou entidades, setor ou divisão, desde que efetue atividade econômica, e que seja importante, a critério dos donos do capital, que justifique um relatório separado e individualizado de receitas e despesas, de investimentos e retornos, de metas e de realizações, pode tornar-se uma entidade contábil.

- Princípio da realização da receita e da confrontação da despesa: Marion, Segatti (2010, p. 42) explica que:

Através do confronto da receita com as despesas que contribuírem para a aquisição daquela receita, obtém-se o Resultado (Lucro ou Prejuízo) de determinado período. Dessa forma, após o reconhecimento da Receita, procurar-se-á associar a esta toda a despesa incorrida para sua consecução, mesmo que parte dessa despesa seja apenas uma estimativa, como é o caso de Devedores Duvidosos.

- Princípio do custo histórico ou original como base de valor: Segundo Marion, Segatti (2010, p. 51) “Os ativos são incorporados à entidade pelo valor de aquisição ou pelo custo de fabricação (incluindo todos os gastos necessários para colocar o ativo em condições de gerar benefícios para a empresa)”.

Marion, Segatti (2010) ainda apresentam alguns aspectos do Custo Histórico que são evidenciados:

- objetividade: O custo histórico é uma medida que não varia conforme quem está avaliando o ativo.
- verificabilidade: Qualquer valor do ativo poderá ser verificável, constatando-se o mesmo valor.
- realização do lucro: somente o lucro realizado é reconhecido.

Percebe-se que há a necessidade de seguir alguns princípios, pois estes ditam como deve ser a essência teórica da contabilidade.

2.4 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL

Segundo Crepaldi (2011) para se alcançar o sucesso em qualquer empreendimento, deve-se ter uma administração eficiente, e neste aspecto, encontram-se as maiores carências das empresas rurais brasileiras.

É preciso que, além de alcançar elevados níveis de produtividade, os agricultores saibam como gerenciar a produtividade obtida para se alcançar o máximo de resultados. Um sistema contábil eficiente, aliado a um bom administrador, proporcionará um diagnóstico mais realista da atividade produtiva e da empresa como um todo.

2.4.1 Conceito

Crepaldi (2011, p.82) conceitua Contabilidade Rural como sendo “um instrumento de função administrativa que tem como finalidade: controlar o patrimônio das entidades rurais e apurar-lhe o resultado; prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários.” Conclui que a “Contabilidade é um método universal utilizado para registrar todas as transações de uma empresa rural, que possam ser expressas em termos monetários”.

Marion (2005), por sua vez, afirma que a Contabilidade pode ser analisada de modo geral ou particular e que, quando aplicada a um ramo específico, normalmente é denominada de acordo com a atividade daquele ramo. Dessa forma, a Contabilidade Rural é assim denominada por debruçar-se sobre o patrimônio das entidades rurais.

A contabilidade rural vem para auxiliar o agricultor na gestão de sua propriedade, servindo de ferramenta para obter um maior controle dos recursos.

2.4.2 Sistemas contábeis

Para Crepaldi (2011, p.79), “a forma de escriturar é de livre escolha da Empresa Rural, desde que mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos das legislações comercial e fiscal e aos princípios fundamentais da contabilidade”.

Crepaldi (2011) complementa ainda que as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS) deverão ser adotadas. Para que houvesse esta adoção, criaram-se as leis nº 11.638/07 e 11.941/09, sendo esta regulamentação efetuada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através de seus pronunciamentos, orientações e interpretações, estes aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.4.3 Finalidade da Contabilidade Rural

Crepaldi (2011) explica que as informações contábeis são de grande interesse para vários grupos específicos, como os investidores que precisam saber se o investimento é seguro ou não; os administradores de empresas como fornecedores, bancos, que precisam de informações sobre capacidade de pagamento, e temos também o governo, através da legislação tributária.

Crepaldi (1998, p. 76) apresenta uma série de finalidades específicas da Contabilidade Rural, conforme segue:

- Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- Controlar as transações financeiras;
- Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- Permitir a comparação da *performance* da empresa no tempo e desta com outras empresas;
- Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;

- Justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
- Servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
- Gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Observa-se que são muitas as finalidades a que se presta a Contabilidade Rural. São objetivos claros e bem definidos colocados à disposição do Produtor Rural, com o objetivo de fortalecer o seu negócio e todo o setor agrícola e pecuário.

2.5 TERMINOLOGIA CONTÁBIL

A terminologia contábil vem para elucidar os termos usados no meio contábil.

Bruni, Famá (2011) utilizam alguns termos técnicos da área contábil, que também podem ser utilizados pela contabilidade rural:

- **Gasto:** é o valor que a entidade utiliza para obter um produto ou serviço qualquer, podendo ser um investimento, custo ou despesa.
- **Investimentos:** são gastos realizados em função da vida útil ou benefícios futuros, que serão posteriormente incorporados aos custos e despesas.
- **Custos:** são gastos com bens e serviços para que a empresa possa produzir bens e serviços. Pode ser: matéria prima, mão de obra, etc.
- **Despesas:** são gastos com bens e serviços utilizados diretamente para obter receitas. Geralmente referem-se a área administrativa da empresa.
- **Perda:** podem ser bens e serviços utilizados de maneira anormal à rotina da empresa.

Estes termos de maneira geral podem parecer representar algo similar, mas na contabilidade fazem diferença na hora de calcular o custo de um bem ou serviço.

2.6 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos se faz necessária na atividade rural, pois para se chegar ao resultado final de cada atividade, deve-se ter conhecimento dos custos envolvido do início ao final do processo.

2.6.1 Classificação e Comportamento dos Custos

Como já visto, os custos estão diretamente ligados à fabricação de um bem ou serviço. De acordo com Padoveze (2010) eles podem ser classificados como custos diretos, indiretos.

- Diretos: são os custos que podem ser identificados a um setor ou produto. Se for material e mão de obra relacionada diretamente a fabricação de determinado produto, este serão custos diretos.
- Indiretos: São gastos que não podem ser identificados a uma determinada atividade ou produto. Estes gastos deverão ser distribuídos ou divididos.

Padoveze (2010) ainda explica que estes mesmos custos diretos e indiretos, possuem um comportamento, e a forma com que estes custos acontecem, os definem como fixos ou variáveis.

- Fixos: São aqueles necessários para que a empresa possa manter suas atividades operacionais. Não há necessidade que o valor do custo seja fixo, mas sim que fique dentro de um intervalo de produção.
- Variáveis: são aqueles que variam conforme a quantidade de produção, quanto mais produção em unidades, maior o custo em valor.

Os custos voltados ao setor agrícola são classificados da mesma forma como seriam em qualquer outra atividade, devendo ser alocados aos seus respectivos produtos.

2.6.2 Elementos do Custo

Para poder calcular o custo do produto, devem-se identificar os elementos que o compõe, para assim poder ratear conforme a quantidade produzida.

Crepaldi (2011) nos trás vários elementos que compõe o custo:

- Mão de obra direta: é o valor gasto com o pagamento do pessoal que está diretamente ligado à produção.
- Insumos: deve-se ter o conhecimento da quantidade de insumos utilizada na produção de cada unidade, podem ser embalagem, materiais como prego, tinta, parafusos etc.
- Depreciação do equipamento agrícola;
- Impostos e taxas da propriedade;

- Manutenção e conservação dos equipamentos;

Estes custos devem ser analisados conforme sua utilização e distribuídos conforme os produtos fabricados.

2.7 TIPOS DE CULTURA

Dentro da atividade rural, temos algumas distinções entre a forma como são classificadas as culturas. Existem duas formas de classificar os tipos de cultura, temporária e permanente.

2.7.1 Cultura Temporária.

Como o próprio nome diz, esta cultura utiliza determinado período de tempo, Crepaldi (2011, p. 106) define como sendo “aquelas sujeitas ao replantio após a colheita, possuindo período de vida muito curto entre o plantio e a colheita, como, por exemplo, os cultivos de milho, legumes, soja etc.”

Marion (2010) complementa explicando que a cultura temporária é aquela que é arrancada do solo após a colheita para ceder lugar a um novo plantio.

A cultura temporária pode ser observada em nossa região através do plantio mais comumente de soja, milho, trigo.

2.7.1.1 Custos e Despesas

Os custos e despesas referentes à cultura temporária possuem tratamento próprio, diferenciados dos custos e despesas da cultura permanente.

Para Marion (2010, p. 15), “consideram-se custos de cultura todos os gastos identificáveis direta ou indiretamente com a cultura (ou produto), como sementes, adubo, mão de obra (direta ou indiretamente), combustível...”

Crepaldi (2011, p. 107) complementa que estes custos serão “acumulados até o término da colheita. Após o término, o saldo da conta de Culturas Temporárias será transferido para a conta de Produtos Agrícolas.”

Como despesas relacionadas à cultura, Marion (2010, p. 15) explica que “entendem-se que são todos os gastos não identificáveis com a cultura... São as despesas de venda, despesas administrativas e despesas financeiras.”

Os custos e despesas pertencentes à cultura temporária, serão aqueles utilizados a partir do plantio até a colheita do produto, as despesas com vendas, por exemplo, serão consideradas despesas.

2.7.2 Cultura Permanente.

A cultura permanente diferencia-se da cultura temporária por não ser arrancada do solo após a colheita.

Crepaldi (2011, pg. 108) define Cultura Permanente como sendo “aquelas não sujeitas ao replantio após a colheita, uma vez que propiciam mais de uma colheita ou produção, bem como apresentam prazo de vida útil superior a um ano, como por exemplo: café, laranja, seringueira etc.”

Para Marion (2010, p. 16) Culturas permanentes “são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção... basta apenas a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita.” Como por exemplo, a cana de açúcar, citricultura, cafeicultura...

2.7.2.1 Custos e Despesas

Na cultura permanente, os custos e despesas serão identificados conforme o produto vai sendo formado.

Para Marion (2010, p. 18) “os custos necessários para a formação da cultura serão considerado Ativo Não Circulante – Imobilizado. Os principais custos são: adubação, formicidas... mão de obra... sementes, mudas... etc.”

Complementa ainda que “os custos para formação da cultura são acumulados na conta Cultura Permanente em Formação, da mesma forma como acontece com a conta Imobilização em Andamento em uma indústria.”

Crepaldi (2011) nos trás que quando encerrada a colheita, deve-se transferir o saldo da conta Colheita em Andamento para a conta Produtos Acabados – Estoque. Esta conta passará a receber os custos de beneficiamento, acondicionamento, silagem etc.

Quanto às despesas, Marion (2010, p. 18) ressalta que “as despesas administrativas, de vendas e financeiras não compõem o gasto de formação da cultura, mas são apropriadas diretamente como despesa do período e não são, portanto, ativadas.”

2.8 PECUÁRIA

Além das culturas plantadas, pode-se também utilizar a terra para a criação de gado, bovino entre outros. No Brasil e no mundo, é comum encontrar propriedades voltadas somente a esta atividade.

A pecuária pode ter duas finalidades, a obtenção do produto leite ou para corte (carne).

Marion (2010) nos trás que o animal destinado a pecuária de corte passa por 3 fases, que são a cria, a recria e a engorda, onde o bezerro nasce, é vendido magro e é engordado para o abate.

2.8.1 Classificação

O gado, criado na propriedade, terá diferentes classificações, de acordo com sua utilização.

Marion (2010) explica que o gado será classificado no Ativo Não Circulante – Imobilizado, quando for:

- Gado reprodutor: touros e vacas para cruza, ou para reprodução através de inseminação artificial;
- Gado de renda: é todo gado utilizado para produzir bens, por exemplo, vaca cujo objeto é o leite, ovelha cujo objeto é a lã;
- Animais de trabalho: é o gado usado para o trabalho, sela e transporte;

Serão ainda, classificados como Ativo Circulante, aqueles animais cujo destino seja a revenda ou então ao consumo.

Nota-se a diferenciação dos animais, conforme sua utilização e sua destinação, onde animais destinados ao consumo serão classificados diferentemente de animais destinados à produção e trabalho.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo encontram-se os procedimentos metodológicos utilizados para realizar a presente pesquisa.

Ruiz (2008, p. 48) trás a definição de pesquisa científica como sendo “a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas de metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa.”

No entendimento de Diehl, Tatim, (2004, p. 47) o conceito de metodologia pode ser definido como “o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica.”

Entende-se que o desenvolvimento da pesquisa vai desde a percepção do problema, passando por diversas etapas até a apresentação dos resultados obtidos.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa fundamenta-se em objetivos descritivos. Diehl, Tatim (2004, p. 54) definem que em uma pesquisa se destacam objetivos descritivos quando:

Tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis. [...] e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática.

Quanto aos procedimentos, classifica-se em pesquisa de levantamento. Diehl, Tatim, (2004, p. 51) conceituam pesquisa quantitativa como sendo:

O uso da quantificação tanto na coleta como no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, [...] com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, possibilitando uma margem de segurança maior quanto às inferências.

Ainda quanto aos procedimentos, pode ser classificada como qualitativa. Diehl, Tatim, (2004, p. 52) explicam que:

os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento do indivíduo.

A pesquisa será aplicada junto a 50 agricultores do município de Sarandi – RS, com o objetivo de identificar e qualificar o conhecimento que estes possuem da contabilidade, e a forma que a utilizam na gestão de suas propriedades.

3.2 UNIVERSO DE PESQUISA

A pesquisa será realizada no município de Sarandi – RS, com agricultores que possuem área de terra entre 50 e 100 hectares, perfazendo aproximadamente um total de 50 entrevistados, que compõem a amostra de pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados necessários para a realização do estudo serão obtidos por meio de levantamento, onde serão entregues questionários aos agricultores que participarão da pesquisa.

Espera-se que 50% dos questionários sejam respondidos e devolvidos para que possa ser apurado o resultado da pesquisa.

O questionário em anexo, contém 17 questões fechadas, objetivando conhecer o perfil do proprietário, os dados da propriedade (área cultivada, tipos de atividades desenvolvidas) e

o conhecimento sobre controles existentes para gerir a propriedade rural de forma mais eficiente.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados através da pesquisa serão analisados através de gráficos, onde poderá se chegar ao conhecimento sobre o entendimento que os agricultores possuem sobre a contabilidade rural.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo realiza-se a apresentação e análise das informações coletadas junto aos agricultores selecionados para a pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTUDADO

O presente trabalho foi realizado de forma a trazer ao conhecimento acadêmico o resultado de pesquisa realizada no município de Sarandi – RS, localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, selecionando 50 agricultores que possuem área de terra entre 50 e 100 hectares.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados coletados são apresentados através de gráficos, a fim de facilitar a visualização dos resultados. As questões são transcritas tal como foram feitas aos entrevistados.

Salienta-se que, dos 50 agricultores selecionados, 24 responderam a pesquisa, correspondendo a 48% do total.

4.2.1 Gráfico 01: Origem da propriedade.

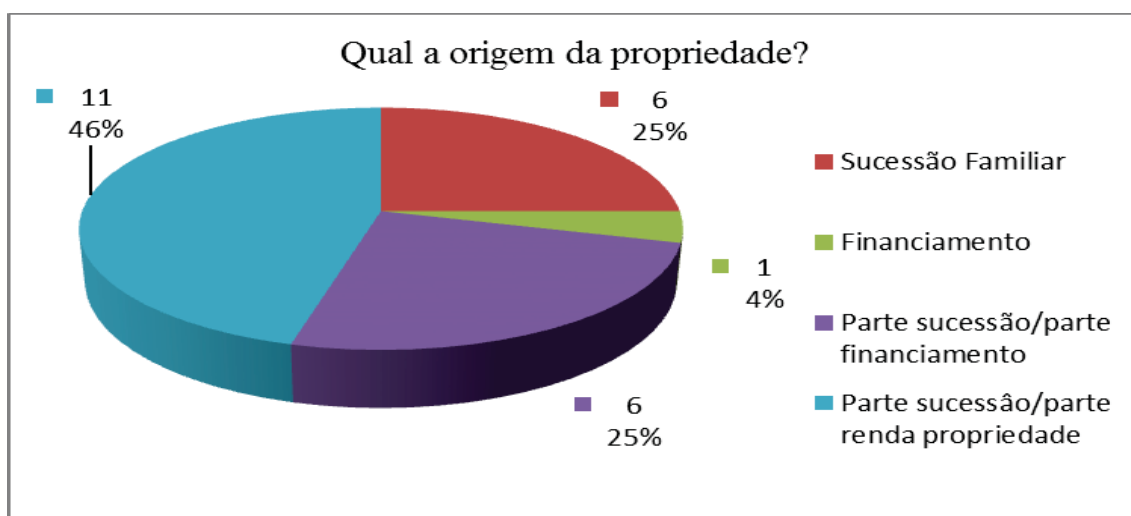


Gráfico 01: Origem da propriedade

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 24 agricultores que responderam o questionário, 11 agricultores, ou 46% do total, obtiveram a propriedade por sucessão e após, com a própria renda, adquiriram mais área. Seis agricultores, ou 25%, obtiveram parte da propriedade por sucessão e complementaram a área através de financiamento. Outros 6 agricultores, ou 25% adquiriram a propriedade somente através de sucessão e somente 1 agricultor, ou 4% adquiriu a propriedade através de financiamento.

4.2.2 Gráfico 02: Área da propriedade.

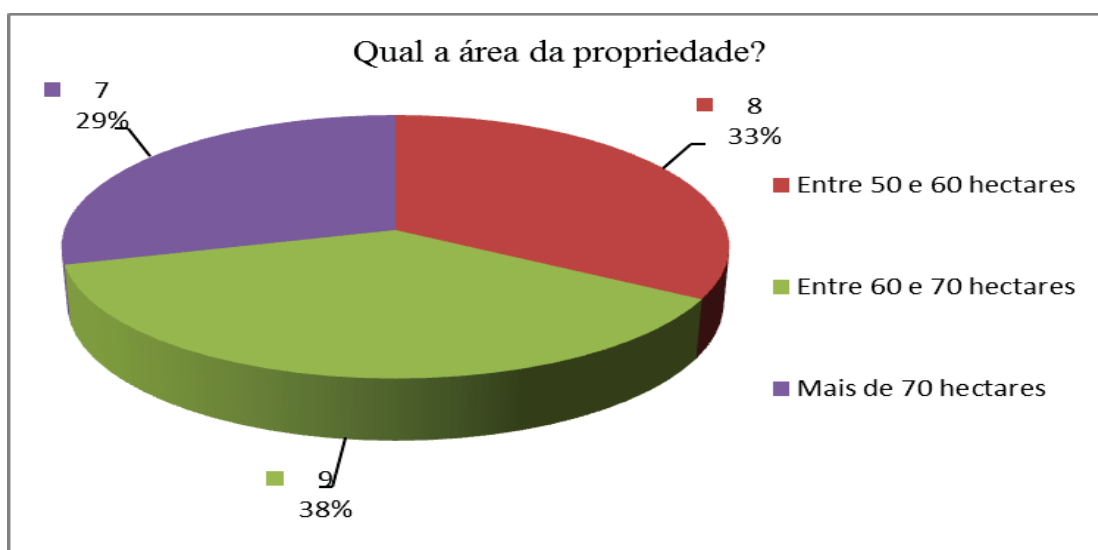


Gráfico 02: Área da propriedade

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de 24 agricultores, 9 deles, ou 38% possuem entre 60 e 70 hectares de área de terra, outros 8 agricultores, ou 33%, possuem área entre 50 e 60 hectares e 7 agricultores ou 29% possuem área de mais de 70 hectares.

4.2.3 Gráfico 03: Tempo de atuação na propriedade.

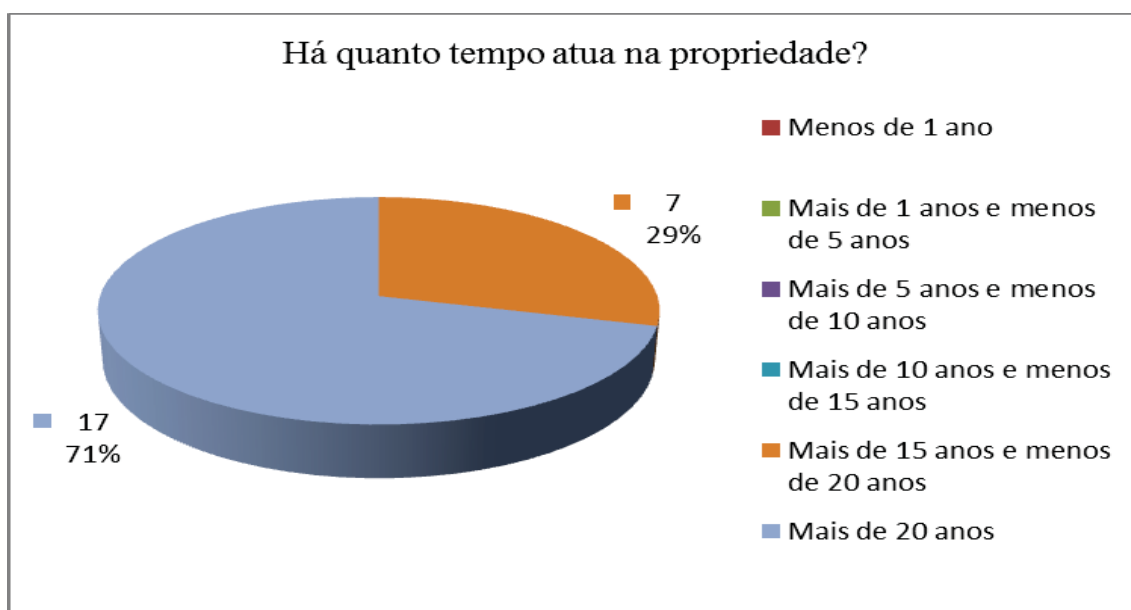


Gráfico 03: Tempo de atuação na propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os entrevistados, 17 agricultores, ou 71% estão instalados na propriedade há mais de 20 anos e os outros 7 agricultores, ou 29% estão atuando no período de tempo compreendido entre 15 e 20 anos. Os períodos compreendidos entre mais de 1 ano e menos de cinco anos, entre mais de 5 anos e menos de 10 anos e entre mais de 10 anos e menos de 15 anos não coincidiram com a realidade dos pesquisados.

4.2.4 Gráfico 04: Faixa etária.

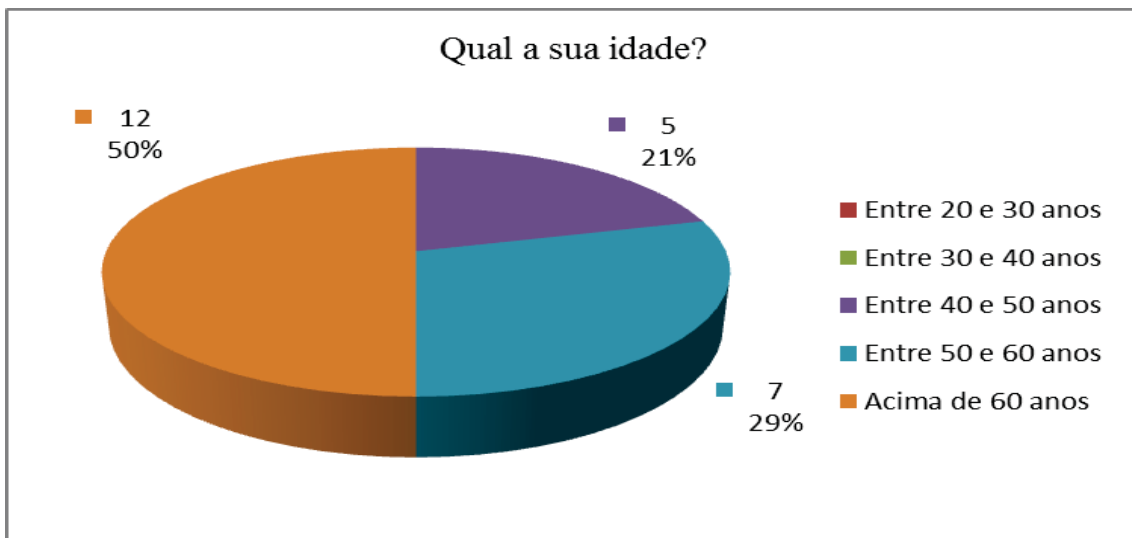


Gráfico 04: Faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os entrevistados, 12 agricultores, ou 50%, estão com idade acima de 60 anos. Sete deles, ou 29%, tem idade entre 50 e 60 anos, e 5 agricultores, ou 21%, possuem idade entre 40 e 50 anos. Dentre os entrevistados, não houve quem estivesse com idade entre 20 e 30 anos e entre 30 e 40 anos, demonstrando que a população jovem está migrando do campo.

4.2.5 Gráfico 05: Escolaridade.

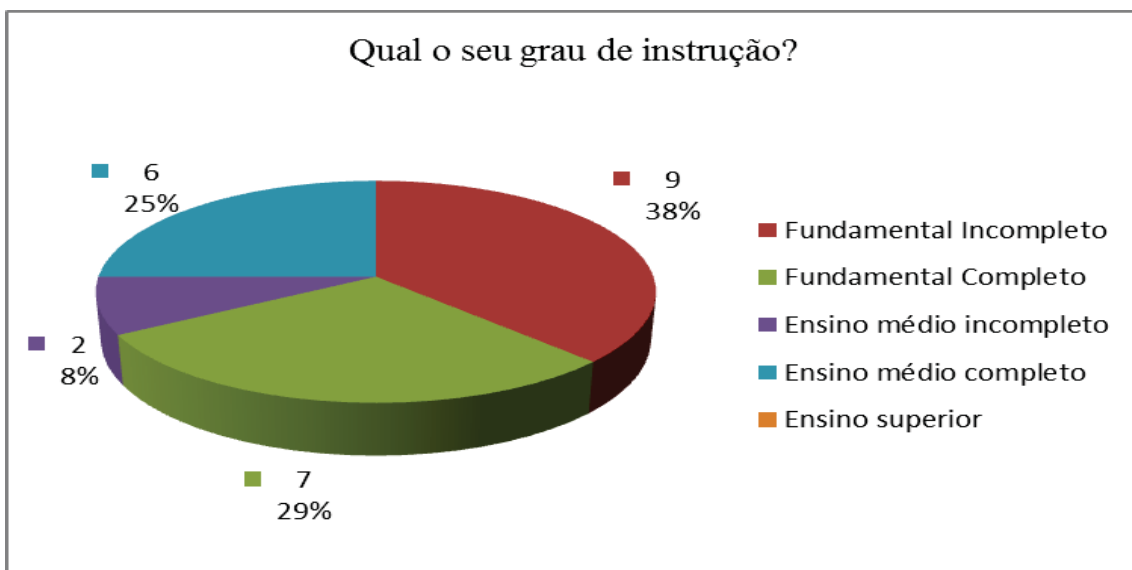


Gráfico 05: Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 24 entrevistados, 9 agricultores, ou 38%, possuem o ensino fundamental incompleto. Sete, ou 29%, possuem o ensino fundamental completo. Dois entrevistados, ou 8%, não concluíram o ensino médio. Seis, ou 25%, tem o ensino médio completo e nenhum entrevistado ingressou no ensino superior.

4.2.6 Gráfico 06: Área utilizada nas atividades.

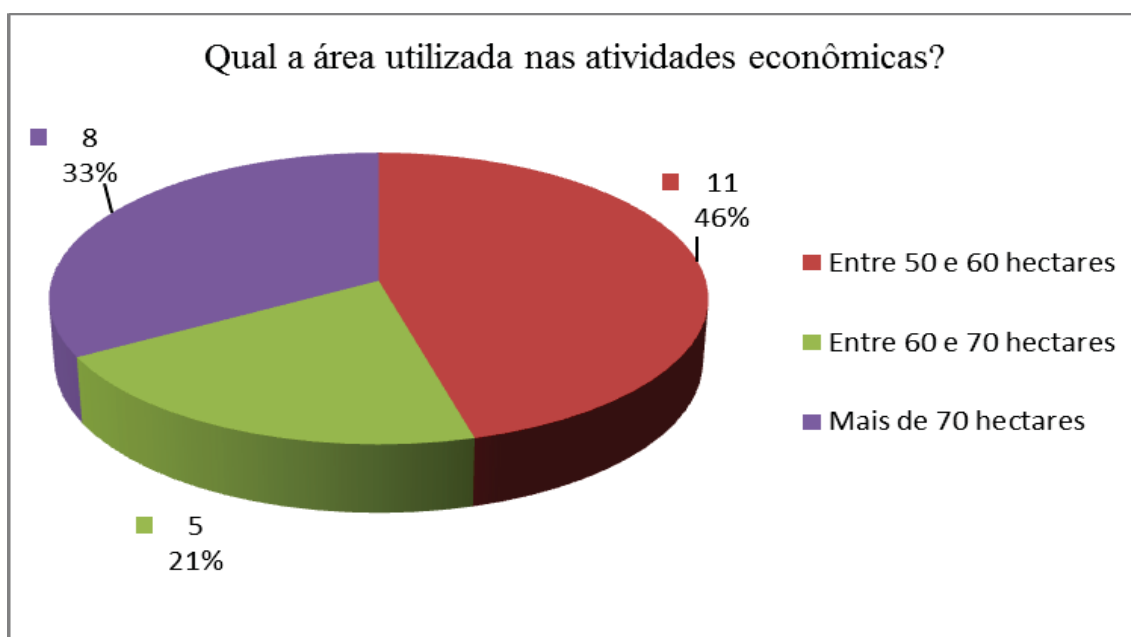


Gráfico 06: Área utilizada nas atividades

Fonte: Dados da pesquisa.

Levando em consideração a possibilidade de alguns agricultores não utilizarem toda a área da propriedade, questionou-se qual a área utilizada. Dos 24 entrevistados, 11, ou 46% utilizam entre 50 e 60 hectares, 8, ou 33% utilizam mais de 70 hectares e 5, ou 21% utilizam entre 60 e 70 hectares.

4.2.7 Gráfico 07: Principais atividades.

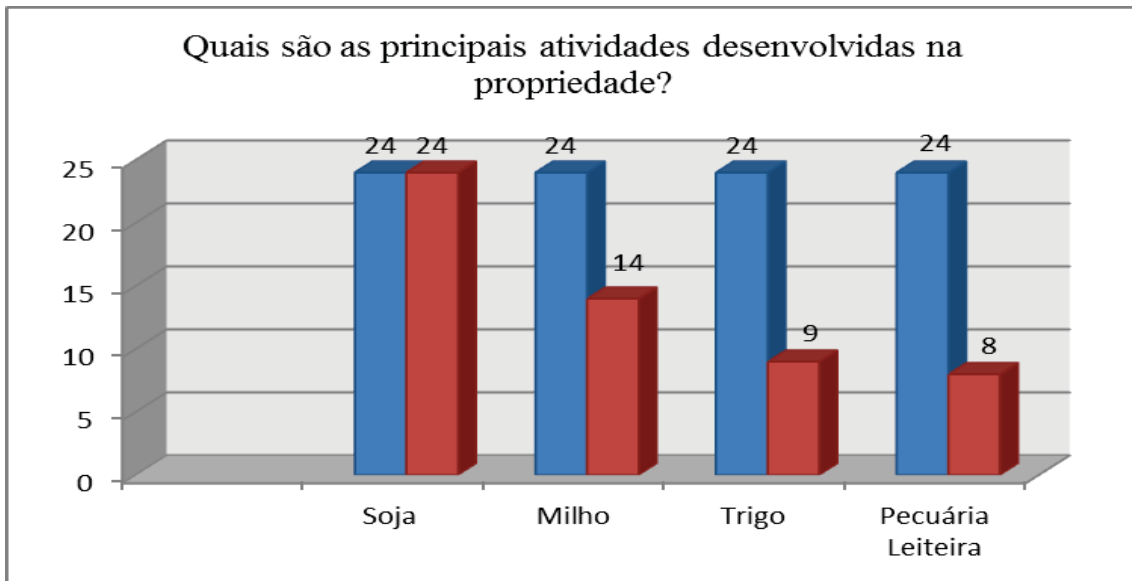


Gráfico 07: Principais atividades

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 24 agricultores que responderam o questionário, 24, ou 100% dos respondentes cultivam soja. 14, ou 58% cultivam milho. 9, ou 37% cultivam trigo e 8 ou 33% possuem atividade de pecuária leiteira, demonstrando a diversificação de culturas na mesma propriedade.

4.2.8 Gráfico 08: Conhecimento sobre contabilidade.

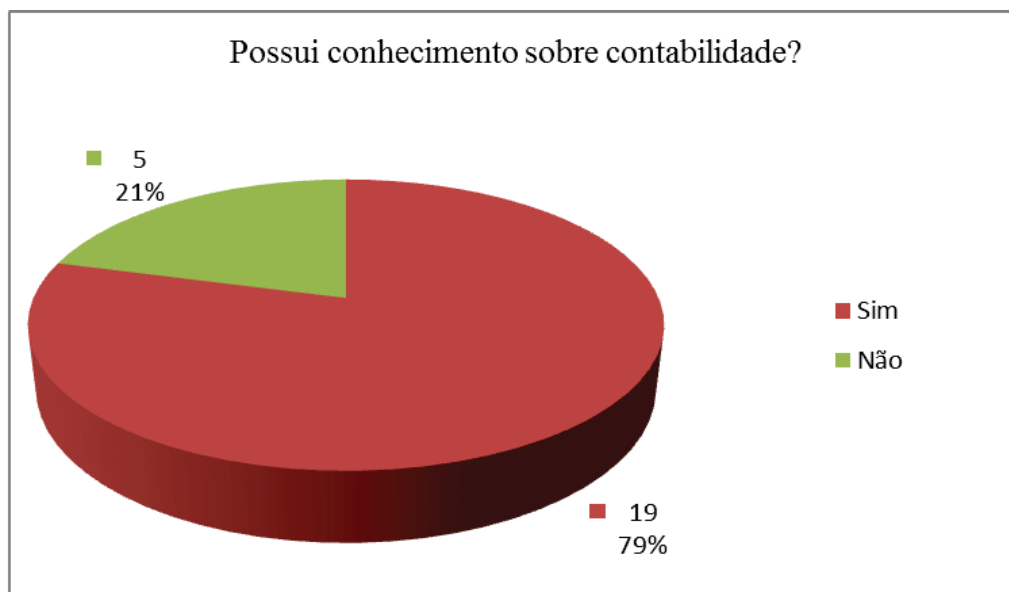


Gráfico 08: Conhecimento sobre contabilidade

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao conhecimento que o agricultor possui sobre a contabilidade, 19 entrevistados, ou 79%, dizem ter algum conhecimento sobre contabilidade e 5 entrevistados, ou 21% não possuem qualquer entendimento sobre contabilidade.

4.2.9 Gráfico 09: Palestras sobre o tema.

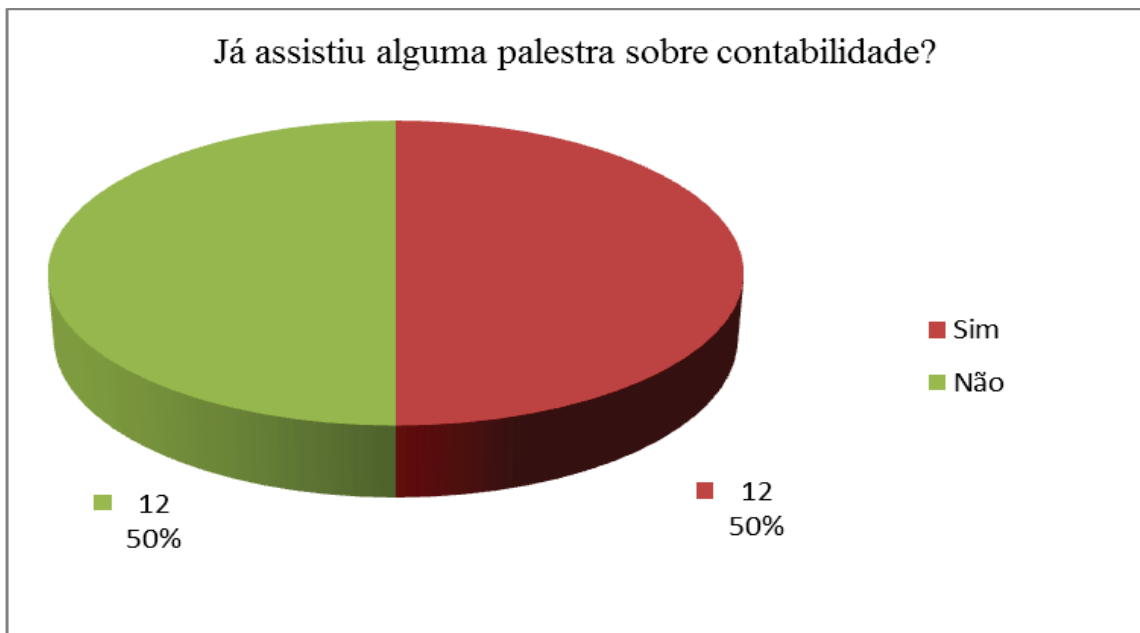


Gráfico 09: Palestras sobre o tema

Fonte: Dados da pesquisa.

Aqui tem-se a informação de que 12 entrevistados, ou 50% já assistiram alguma palestra sobre a contabilidade voltada a área rural e outros 12 entrevistados, ou 50 % nunca assistiram palestras sobre contabilidade.

4.2.10 Gráfico 10: Acesso à Internet.

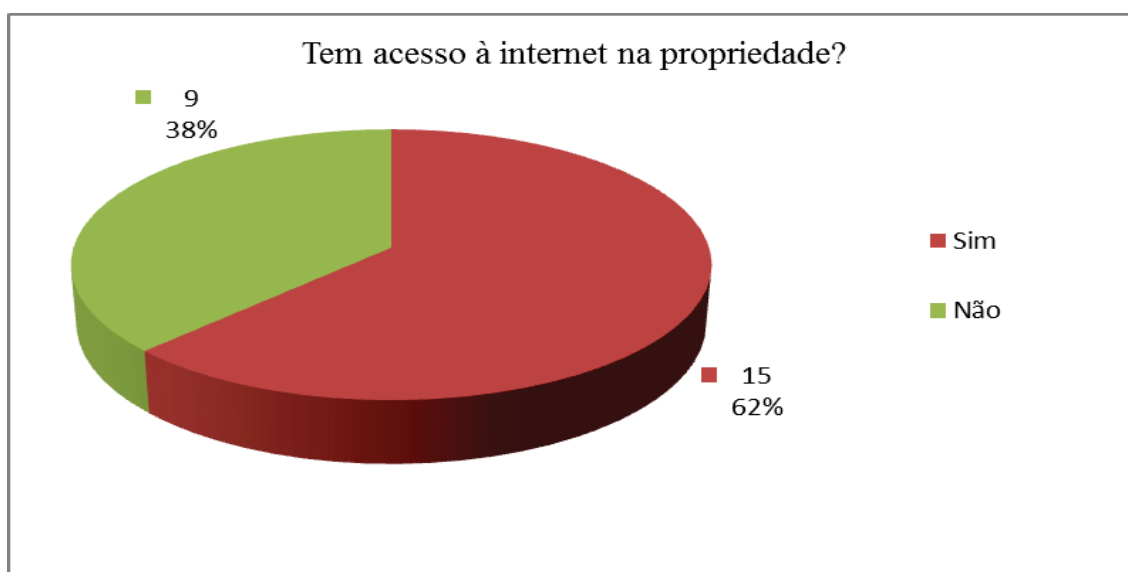


Gráfico 10: Acesso à Internet

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de entrevistados, 15, ou 62% possuem acesso à internet de suas propriedades e outros 9 entrevistados, ou 38% não possuem contato com a internet.

4.2.11 Gráfico 11: Controle de gastos e receitas.

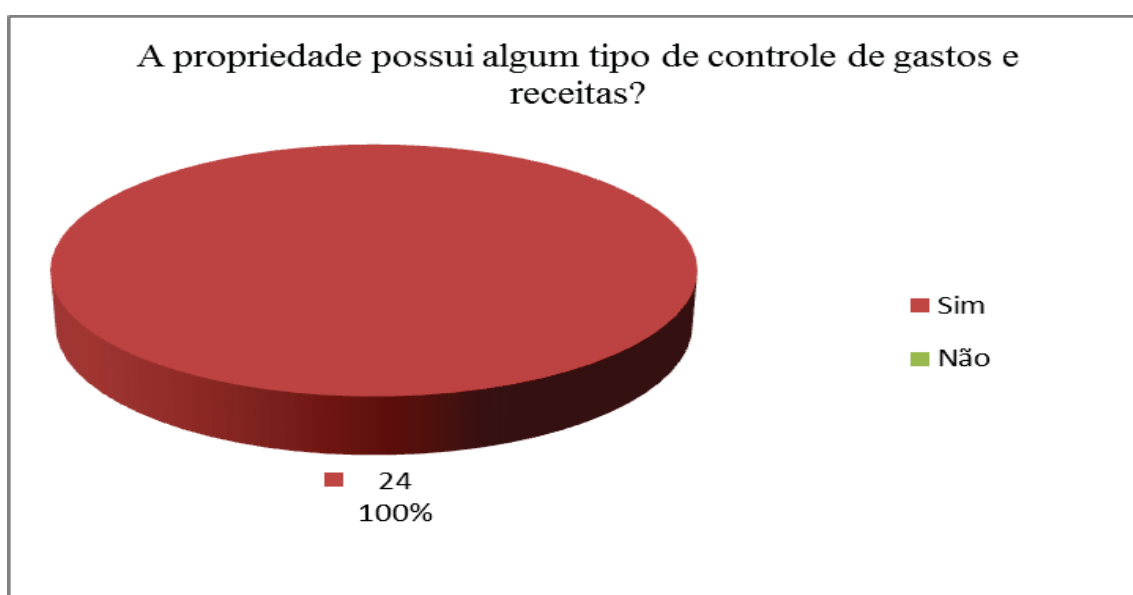


Gráfico 11: Controle de gastos e receitas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se refere ao controle de gastos e receitas, todos os 24 entrevistados dizem possuir alguma forma de controle.

4.2.12 Gráfico 12: Conhecimento sobre os custos de cada atividade.

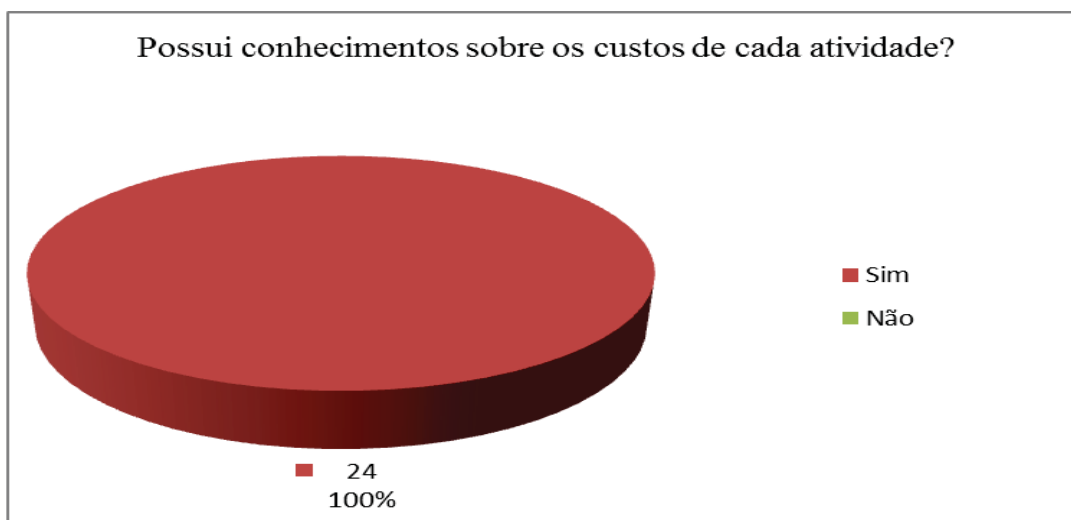


Gráfico 12: Conhecimento sobre os custos de cada atividade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesta questão também houve um consenso geral, onde todos os 24 agricultores afirmam conhecer os custos das atividades desenvolvidas na propriedade.

4.2.13 Gráfico 13: Conhecimento sobre o resultado de cada atividade.

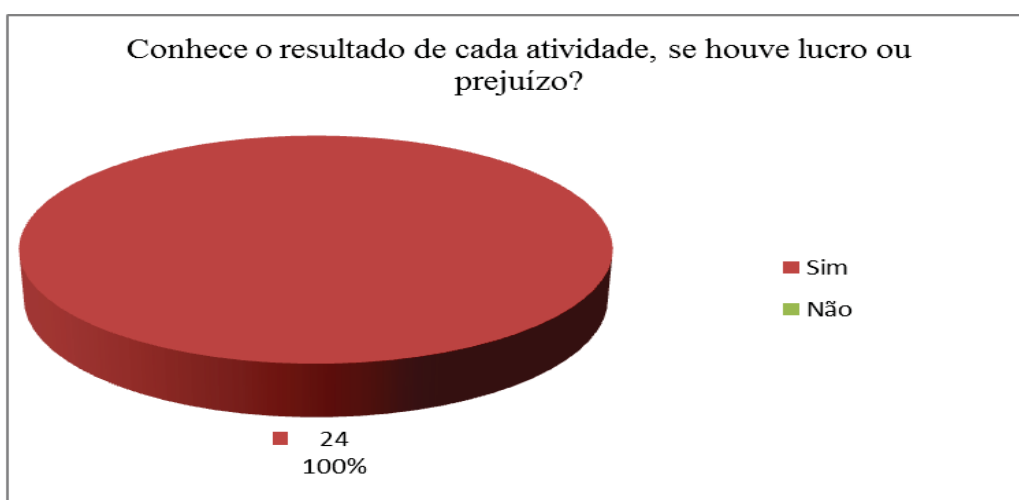


Gráfico 13: Conhecimento sobre o resultado de cada atividade

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os 24 agricultores que responderam o questionário, todos afirmam conhecer o resultado de cada atividade, podendo estabelecer lucro ou prejuízo.

4.2.14 Gráfico 14: Planejamento para diversificar culturas.



Gráfico 14: Planejamento para diversificar culturas

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos entrevistados, 100% afirmam que antes de definir uma cultura a ser plantada, fazem planejamento para poder diagnosticar a viabilidade do plantio.

Percebe-se, com estas quatro respostas, que algumas questões deveriam ter sido formuladas de modo a identificar quais controles são utilizados, caracterizando uma limitação do presente estudo.

4.2.15 Gráfico 15: Assessoria contábil.

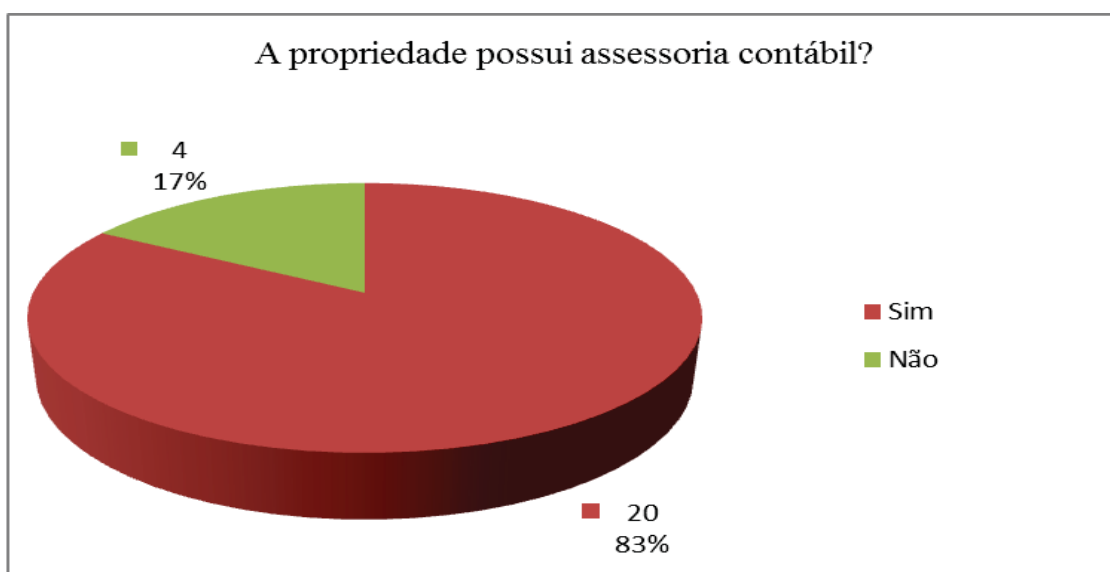


Gráfico 15: Assessoria contábil

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os agricultores que participaram da pesquisa, 20 deles, ou 83% afirmam que possuem assessoria contábil para a realização de declarações e cálculo de impostos e 4 agricultores, ou 17% não possuem qualquer forma de vínculo com assessoria contábil.

4.2.16 Gráfico 16: Finalidade da contabilidade rural.

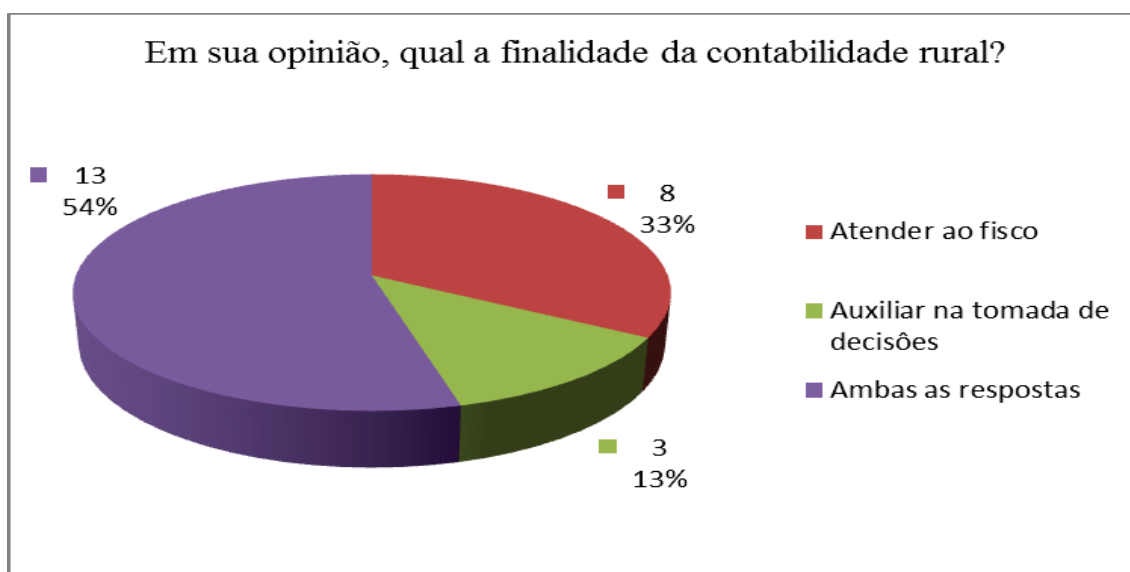


Gráfico 16: Finalidade da contabilidade rural.

Fonte: Dados da pesquisa.

No entendimento dos agricultores pesquisados, 13, ou 54% responderam que a contabilidade rural tem a finalidade de atender ao fisco e auxiliar na tomada de decisões. Oito agricultores, ou 34% dizem que a contabilidade é voltada para atender ao fisco e somente 3 agricultores consideram que a contabilidade é útil para auxiliar na tomada de decisões.

4.2.17 Gráfico 17: Tomada de decisões.

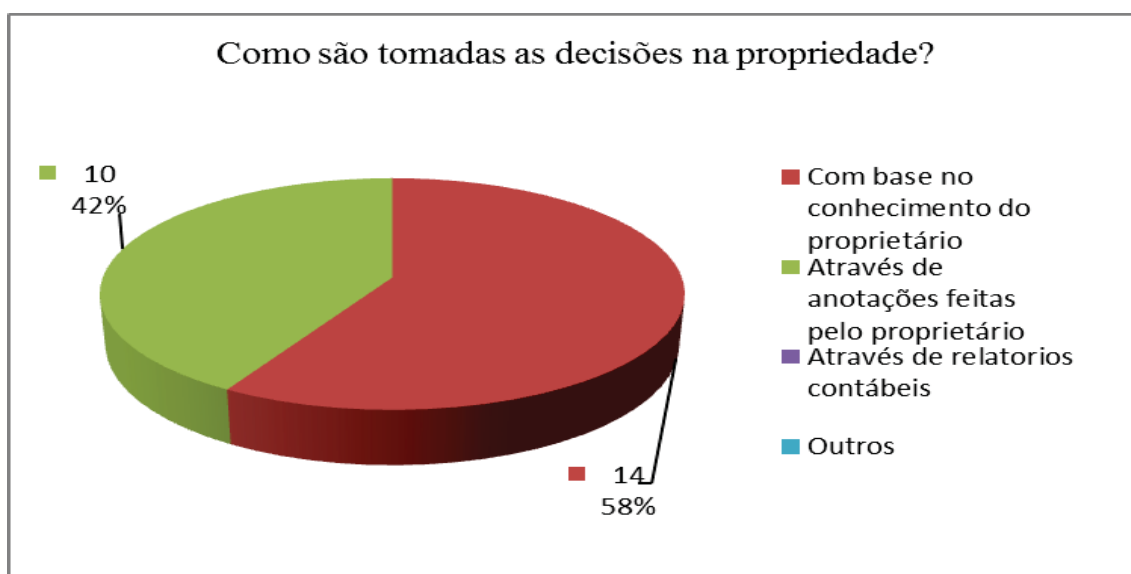


Gráfico 17: Tomada de decisões

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os entrevistados, 14 agricultores, ou 58% tomam suas decisões com base em seu próprio conhecimento e 10 agricultores, ou 42% afirmam tomar decisões através de suas anotações e controles.

4.3 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base na presente pesquisa, pode-se verificar que embora a população rural possua algum conhecimento sobre a contabilidade, este ainda é insuficiente para que a utilizem como ferramenta de gestão e controle de suas propriedades, pois não utilizam as informações geradas pela contabilidade para tomar as decisões.

Pretende-se divulgar esta pesquisa aos órgãos relacionados à agricultura, podendo citar a Emater, os Sindicatos Rurais, Secretaria Municipal de Agricultura, Cooperativas, Bancos e

Escritórios de Contabilidade, para que estes possam auxiliar, seja por meio de palestras ou cursos, e buscar o preenchimento desta lacuna que se forma pela falta de conhecimento por parte do agricultor, de uma ciência tão importante que é a contabilidade perante o meio econômico.

Pode-se sugerir ainda que os agricultores utilizem a internet como forma de buscar conhecimento, com a visualização de vídeos, palestras e sites relacionados a área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão teve como objetivo verificar como os produtores rurais utilizam a contabilidade, qual o conhecimento acerca do tema tratado, se realizam algum tipo de controle de custos e receitas e conhecem o resultado de suas atividades.

Para tal, realizou-se uma pesquisa de levantamento, fundamentada em objetivos descritivos, definindo a população abrangida e posteriormente a coleta dos dados necessários. Pesquisa esta que quanto a abordagem, pode-se classificar como quantitativa e qualitativa, pois houve o uso de técnicas estatísticas e elaboração de questionários com perguntas objetivas.

Com o término da presente pesquisa, chega-se a conclusão que a grande parte dos agricultores do município de Sarandi – RS adquiriram suas terras através de sucessão, e com a própria renda complementaram a área. Esta geração já está a mais de 20 anos atuando na agricultura, em sua grande maioria com mais de 60 anos de idade, e também deixará a área para seus filhos e netos.

Nota-se que não possuem muita escolaridade, pois, em sua grande maioria frequentaram a escola até o ensino médio incompleto, ocasionando assim, certa dificuldade para entendimentos mais complexos.

Grande parte diz ter algum conhecimento de contabilidade, porém só fazem uso do trabalho de um contador quando há a necessidade de prestar informações ao fisco. Nenhum agricultor toma decisões baseadas em relatórios contábeis, pois não fazem uso da contabilidade para tal fim.

Todos afirmam que possuem algum tipo de controle de gastos e receitas, custos de cada atividade, conhecimento do resultado de cada atividade (lucro ou prejuízo) e que realizam planejamento para diversificar culturas. Porém, como as perguntas foram elaboradas de forma fechada, não houve a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre tais fatos, como por exemplo, os meios utilizados para chegar a tais resultados.

Como em nossa região a economia é muito dependente da agricultura, forma-se aí um vasto campo de trabalho para o profissional contador. Podendo este levar seu conhecimento aos agricultores e auxiliá-los, não somente como vem ocorrendo atualmente, em que o agricultor procura o escritório de contabilidade somente para fazer sua declaração anual de Imposto de Renda ou de ITR (Imposto Territorial Rural).

REFERÊNCIAS

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel.** – 5. Ed. – 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial.** 2. ed. Revista, atualizada – São Paulo: Atlas, 1998.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo, Prentice Hall, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=432010&idtema=121&search=rio-grande-do-sul|sarandi|pecuaria-2012> acessado em 04 de maio de 2014

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica.** 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2005

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica.** 12. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Contabilidade da Pecuária.** 9. Ed – São Paulo: Atlas 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; <http://www.agricultura.gov.br/animal/exportacao> acessado em 12 de março de 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistemas de informação contábil.** – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: Guia para eficiência nos estudos.** – 6. Ed. – 2. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.